

Barómetro Ernst&Young

Portugal, 4º país da OCDE

com maior crescimento da receita fiscal após a Turquia, Espanha e Itália.

19º lugar

para Portugal, em 2002, no ranking do peso da receita fiscal como percentagem do PIB, tendo recuperado 3 lugares face a 1974.

18º lugar

quanto às contribuições para a segurança social em percentagem do PIB para Portugal em 2002.

25% de IRC

Portugal é o 5º país da OCDE com a taxa de IRC mais baixa, em conjunto com a Áustria e a Alemanha.

Apenas 2 países

a Hungria e a Polónia não têm isenção de 95%, ou mais, na tributação dos dividendos recebidos entre empresa-mãe e subsidiárias.

1 ano

é o período de detenção mínimo, em Portugal, para beneficiar de 95 a 100% de isenção de IRC.

10%

são os requisitos accionistas necessários, em Portugal, para empresas residentes no País ou empresas residentes na UE beneficiarem dessa mesma isenção.

20% a 25%

são os números relevantes para os requisitos accionistas se se tratarem de empresas não residentes em território nacional ou empresas não residentes na UE.

Encontros de Fiscalidade ERNST & YOUNG/ SEMÁNARIO ECONÓMICO

Sistema fiscal português é

ESPECIALISTAS ALERTAM PARA A NECESSIDADE DE MAIOR AGILIDADE

O Barómetro da Competitividade, que compara a situação fiscal entre países da OCDE, conclui que Portugal anda, em mu-

tos aspectos, próximo da média, mas tem ainda muitas áreas a clarificar, devendo adoptar posições constantes no tempo.

Ainda que em muitos aspectos Portugal não ande longe da média europeia no que respeita a fiscalidade, continuamos a ter processos demasiado burocráticos e muito pouco ágeis. A somar a isso, temos de lidar "com os constrangimentos derivados do facto de estarmos na União Europeia e que são desfavoráveis a regras que sejam competitivas". José Silva Jorge, Tax Managing Partner da Ernst & Young, resume desta forma a situação do País em matéria de competitividade fiscal, o tema dos Encontros de Fiscalidade promovidos pelo "Semnário Económico" e

pela Ernst & Young que decorre esta semana.

O especialista apresentou um Barómetro da Competitividade Fiscal, onde fez um levantamento do que se passa nos países da OCDE e concluiu que Portugal precisa de clarificar vários aspectos da sua legislação fiscal, nomeadamente "uma posição clara e constante" no que toca a aspectos como o tratamento das mais valias na alienação de participações sociais ou das amortizações do goodwill nas aquisições e reestruturações de empresas (em Portugal não pode ser deduzido, ao contrário do que acontece,

por exemplo, em Espanha). Pequenos exemplos de uma realidade onde, nalguns casos, o País sai a perder.

Ainda no âmbito das questões de competitividade fiscal, o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais António Carlos dos Santos apresentou uma exposição sobre as propostas de harmonização da fiscalidade das empresas na União Europeia e seus desenvolvimentos recentes. O fiscalista Ricardo Borges, professor da Faculdade de Direito de Lisboa, por ser turno, abordou o tema do investimento estrangeiro e contratos fiscais. ■

Citações

"Não temos a melhor competitividade, temos um processo burocrático, falta de agilidade e constrangimentos pelo facto de estarmos na UE. Mas Portugal deveria ter posições claras e constantes no tratamento de questões como as mais valias ou as amortizações do goodwill nas aquisições e reestruturações de empresas."

José Silva Jorge

"Há um amadorismo completo na classe política no que diz respeito ao sistema fiscal. Muitos de nós já tivemos para apreciação propostas de Orçamentos do Estado antes de serem tornadas públicas, e são incompreensíveis as diferenças entre essas versões e as que são apresentadas dias depois já com as alterações sugeridas por fiscalistas."

Ricardo Borges

"Há a tendência para deixar que as decisões sejam tomadas para depois reagir. É necessário alterar isto e imprimir um carácter pró-activo na actuação portuguesa."

António Carlos dos Santos

"Faz falta mais humildade fiscal em Portugal."

Ricardo Borges

"A reforma comunitária da fiscalidade das empresas é uma questão demasiado importante para ser deixada apenas nas mãos das administrações fiscais."

António Carlos dos Santos

"É provavelmente necessário adaptar o sistema fiscal às capacidades dos recursos tecnológicos e humanos que a administração fiscal portuguesa tem."

Ricardo Borges

"Fala-se muito de competitividade fiscal em termos de captação de investimento directo estrangeiro, mas muito pouco nos efeitos que o sistema fiscal - e em especial a sua instabilidade como a que se sentiu nos últimos anos - tem no investimento estrangeiro já existente."

Ricardo Borges

"Há matérias que é preciso clarificar"

Nos últimos 30 anos Portugal registou um crescimento significativo da receita fiscal em termos de percentagem do PIB, tendo sido apenas ultrapassado pela Turquia, Espanha e Itália. Esta é uma das conclusões do Barómetro de Competitividade Fiscal, apresentado por José Silva Jorge e no qual foram estudados os países da OCDE. Este crescimento faz com que, segundo os números de 2003, a receita fiscal portuguesa se situasse perto dos 35% do PIB, quando em 1974 estava abaixo dos 20%. Contudo, continuamos muito abaixo dos estados nórdicos, como a Suécia ou a Dinamarca, com valores na ordem dos 50%. Refira-se ainda que, em países como os EUA ou a Holanda, mais liberais, se têm registado diminuições na carga fiscal. Fazendo uma comparação por impostos, Silva Jorge conclui que, por exemplo ao nível do IRC, as taxas praticadas em Portugal andam próximas da média dos parceiros da OCDE. Porém, há pormenores importantes em matéria de competitividade fiscal e que deveriam ser alvo de uma clarificação ou de uma posição duradoura no tempo. É o caso da tributação

de dividendos entre uma empresa mãe e as suas subsidiárias, onde Portugal, Polónia e Hungria são os únicos que não prevêem uma isenção de 95% ou mais dos dividendos recebidos. O mesmo acontece com as mais valias decorrentes da alienação de participações. Ou com o reporte de prejuízos fiscais, que em Portugal tem um limite de seis anos quando a maior parte dos países, Espanha incluída, não impõem limites, permitindo mesmo, alguns deles, um sistema de carry-back.



Maria Teresa Cochito
Country Managing Partner da Ernst & Young abriu os trabalhos dos Encontros de Fiscalidade



Diogo Ortigão Ramos
Advogado na Gonçalves Pereira, Castelo Branco & Associados moderou os Encontros de Fiscalidade



José Silva Jorge
Tax Managing Partner,
Ernst & Young

demasiado burocrático



Barómetro Ernst&Young

São 8

Dinamarca, Finlândia, Japão, Luxemburgo, Coreia do Sul, Turquia e Portugal beneficiam de uma isenção parcial na redução da dupla tributação de IRC.

15%

é a taxa de IRC específica para a França que actua sobre as mais-valias decorrentes da alienação de participações em 2005.

29 países

Em todos os países analisados existe um regime neutral nas operações de reestruturação fiscal para mais-valias decorrentes da alienação de participações.

São 5 os países

onde as regras anti-abuso no IRC são aplicáveis sobre o rendimento total excepto o respeitante a actividades locais.

3 países

até à data do estudo, não tinham resolvido a compatibilidade das regras anti-abuso com os tratados fiscais. A saber Itália, Portugal e Suécia.

Em 10 países

existe um sistema de carry-back no reporte de prejuízos fiscais. Em Portugal e nos restantes países estudados tal não se verifica.

20 anos

é o período de amortização de goodwill máximo registado no conjunto dos países analisados, pertencendo este valor a Espanha.

40% de IRS

Portugal, em conjunto com a Polónia, a Grécia e o Reino Unido, detém a 10ª taxa de IRS mais baixa. Existe uma isenção total ou parcial na tributação de dividendos.

“Uma Europa a duas velocidades”



António Carlos dos Santos
Professor Auxiliar Convitado,
ISEG

número mínimo de países necessários para iniciar acordos de cooperação reforçada entre os parceiros da União”. O professor do ISEG defende por isso que Portugal deverá ter uma posição pró-activa nestas matérias para não ser ultrapassado pelos acontecimentos. Para tal, António Carlos dos Santos equaciona o novo ambiente fiscal dentro da União Europeia num sistema de três vectores - concorrência, coordenação e harmonização fiscais - os quais devem ser considerados numa estratégia que garanta a Portugal melhores condições de competitividade. O professor

reconheceu ainda que a actual tendência dentro da União Europeia é de centralização de decisões em matéria fiscal, nomeando propostas da Comissão Europeia e de evolução para um imposto europeu sobre o rendimento das sociedades, a harmonização substitutiva e imperativa da matéria colectável, tributação segundo as regras da origem e a harmonização complementar e opcional da matéria colectável. Temas a discutir por todos os responsáveis nesta área.

“Há amadorismo na classe política”



Ricardo Borges
Professor,
Faculdade de Direito de Lisboa

Ricardo Borges, que já foi assessor jurídico do Ministério das Finanças, focou a sua apresentação na necessidade de resolver algumas das contradições do nosso sistema fiscal e no incentivo à sua simplificação. “Com tantas alterações nos últimos anos, como se compreende que, por exemplo, os prazos de amortização de um computador - num contexto de constantes evoluções no mundo informático - se mantenham inalterados desde final dos anos oitenta”. Borges criticou também a

legislação aplicável à tributação em sede IRS para famílias com cônjuges em diferentes países, ou de pessoas singulares que tenham de sair do país:

“É necessário simplificar processos, e facilitar a vida às pessoas. Por que é que uma pessoa que sai do país não pode liquidar os seus impostos nesse momento e tem de esperar pelo ano seguinte?”

O professor de direito defendeu também a importância de garantir um sistema fiscal de qualidade ao IDE, “tanto ao que pretendemos atrair, como ao que já cá está, e sobre o qual se fala muito pouco”.

Borges foi dando outros exemplos das contradições, simplificações e possibilidade de agilização do sistema, pedindo um pouco mais de humildade fiscal por parte dos responsáveis. “Há um amadorismo total por parte dos nossos políticos em matéria de fiscalidade”.

Ricardo Borges terminou a sua apresentação defendendo que no futuro alterações fiscais sejam feitas e apresentadas pelo Executivo fora do Orçamento do Estado e em antecipação para que possam ser discutidas sem o peso do OE.

O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de António Guterres procurou sensibilizar a audiência para a necessidade de Portugal se preparar para os novos desafios que se colocam à fiscalidade portuguesa num contexto de União Europeia alargada. “Dada a entrada de países com sistemas fiscais muito competitivos, é muito natural que se possa evoluir para uma Europa a duas velocidades em termos fiscais”, acrescentando: “Se com 25 países a unanimidade é mais difícil, é ao mesmo tempo mais fácil conseguir o